

**PROCESSO** - A. I. Nº 2329430016/06-7  
**RECORRENTE** - JOSENILDO SANTOS (MERCEARIA VAREJÃO)  
**RECORRIDO** - FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL  
**RECURSO** - RECURSO VOLUNTÁRIO Acórdão 3ª JJF nº 0188-03/06  
**ORIGEM** - INFAZ IPIAÚ  
**INTERNET** - 14/12/2006

## 1ª CÂMARA DE JULGAMENTO FISCAL

### ACÓRDÃO CJF Nº 0437-11/06

**EMENTA:** ICMS. EQUIPAMENTO EMISSOR DE CUPOM FISCAL. UTILIZAÇÃO IRREGULAR. EQUIPAMENTO DE CONTROLE FISCAL SEM AUTORIZAÇÃO ESPECÍFICA. MULTA. A legislação prevê a aplicação de multa por descumprimento de obrigação acessória aos estabelecimentos que forem identificados realizando operações com equipamento de controle fiscal sem autorização específica do fisco estadual. Recurso **NÃO PROVIDO**. Decisão unânime.

## RELATÓRIO

Trata-se de Recurso Voluntário interposto pelo contribuinte contra a Decisão de primeira instância que julgou Procedente o Auto de Infração que exige multa no valor de R\$ 4.600,00 por utilização de equipamento de controle fiscal sem autorização do fisco estadual. Máquina registradora Sharp XE-A10.

Os membros do primeiro grau acordaram que o Recorrente, em sua defesa não negou o fato, alegando tão-somente que utilizava o equipamento como calculadora, e para guardar dinheiro na gaveta, como também que não teve intenção de fraudar, tendo sido emitidas, regularmente, notas fiscais D-1, pelas vendas.

Entretanto, os membros da primeira instância entenderam que o argumento defensivo de que foram emitidas notas fiscais D-1, correspondentes a todas as vendas efetuadas, não foi comprovado nos autos.

Observaram que o Termo de Apreensão, constante no PAF é elemento de prova suficiente para caracterizar que o contribuinte estava operando com equipamento que se encontrava em situação irregular, conforme apurado no procedimento fiscal e as alegações defensivas não são suficientes para elidir a exigência fiscal.

Salientaram que o pedido de uso de Equipamento Emissor de Cupom Fiscal está previsto no art. 824-H do RICMS/97.

Concluíram que de acordo com o art. 42, XIII-A, “c”, “3”, da Lei 7014/96 é prevista a aplicação de multa no valor de R\$4.600,00, por descumprimento de obrigação acessória, ao contribuinte que for identificado realizando operações com equipamento de controle fiscal sem autorização específica do fisco estadual. Portanto, a aplicação da penalidade está de acordo com a previsão regulamentar.

Quanto à alegação defensiva de que a multa deve ser cancelada ou reduzida, entenderam que não se aplica ao caso em exame, haja vista que não ficou comprovado nos autos que a irregularidade cometida não implicou falta de recolhimento do imposto.

Acordaram pela subsistência da exigência fiscal.

Insatisfeito com a referida Decisão, o recorrente interpôs Recurso Voluntário no qual alega em suas razões que sua empresa está enquadrada como microempresa e que o regulamento do ICMS

desobriga-o de emitir cupom fiscal. Volta a ressaltar que não teve intenção de fraudar o Fisco, salienta que a máquina nunca funcionou como emissora de cupom fiscal, sendo utilizada para guardar dinheiro.

Instado a se manifestar o ilustre representante da PGE/PROFIS opinou pelo Não Provimento do Recurso Voluntário em virtude do mesmo não conter prova capaz de elidir a infração que restou evidenciada face ao conjunto probatório acostado aos autos.

## VOTO

Após análise dos autos, verifico que não assiste razão ao recorrente.

Isto porque, restou demonstrado nos autos, através do Termo de Apreensão, que o contribuinte estava operando com equipamento que se encontrava em situação irregular.

Ademais, o contribuinte não fez prova contrária aos fatos limitando-se ao uso da contestação administrativa genérica, ressaltando apenas sua condição de suposta empresa enquadrada no SIMBAHIA para afastar a exigência.

Por fim, como bem ressaltou a Decisão recorrida, o argumento defensivo de que foram emitidas notas fiscais D-1, correspondentes a todas as vendas efetuadas, não foi comprovado nos autos.

Ante o exposto, voto pelo NÃO RPOVIMENTO do Recurso Voluntário para manter na íntegra a Decisão recorrida que julgou PROCEDENTE o Auto de Infração.

## RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 1ª Câmara de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, **NÃO PROVER** o Recurso Voluntário apresentado e homologar a Decisão recorrida que julgou **PROCEDENTE** o Auto de Infração nº **232943.0016/06-7**, lavrado contra **JOSENILDO SANTOS (MERCEARIA O VAREJÃO)**, devendo ser intimado o recorrente para efetuar o pagamento da multa no valor de **R\$4.600,00**, prevista no art. 42, XIII-A, “c”, 3, da Lei nº 7.014/96, com os acréscimos moratórios previstos pela Lei nº 9.837/05.

Sala das Sessões do CONSEF, 21 de novembro de 2006.

ANTONIO FERREIRA DE FREITAS – PRESIDENTE

MARCOS ROGÉRIO LYRIO PIMENTA –RELATOR

MARIA DULCE HASSELMAN RODRIGUES BALEEIRO COSTA - REPR. DA PGE/PROFIS